

PATRIMONIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS

Xerardo Pereiro Pérez ^(*), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

-Pereiro Pérez, X. (2003): “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, pp. 231-247.

INTRODUÇÃO

O objectivo deste texto é reflectir sobre problemas associados às micro-intervenções patrimoniais, isto a partir dum ponto de vista antropológico. Tomo como exemplos metafóricos e paradigmáticos quatro casos de estudo, cujos contextos se incluem no Noroeste Ibérico. São eles os seguintes:

1. A criação familiar de um ecomuseu e de vários apartamentos em espaço rural na aldeia de Rozadas (Boal-Astúrias-Espanha).
2. A construção de um centro de interpretação patrimonial promovido por uma associação de desenvolvimento local e de promoção do “Caminho de Santiago” em Vilar das Donas (Lugo-Galiza-Espanha).
3. A activação turístico-patrimonial integrada, promovida pela autarquia de Allariz (Ourense-Galiza-Espanha), em colaboração com a sociedade civil.
4. A criação de uma casa-museu integrada no “Roteiro do Vinho do Porto” em Alijó (Portugal).

Depois de um enquadramento teórico das diferentes perspectivas de abordagem e estudo do património cultural, considero o processo de mudança e de reprodução de diversos níveis identitários, e como estes utilizam socialmente o património cultural como instrumento simbólico de grande eficácia na reprodução sociocultural.

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

^(*)Muito agradeço os comentários a este texto dos professores José António Fernández de Rota, Xosé Carlos Sierra e, especialmente, a Paulo Mendes e José Portela.

Do ponto de vista jurídico, o “património” é uma noção que define todos os recursos que se herdaram, bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc., portanto, podendo ter, portanto, um sentido tanto privado como público. Em qualquer caso, o objectivo é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras (Rodríguez Becerra, 1997). Sob esta perspectiva, tem-se em conta que, de uma geração a outra, o património pode ser acumulado, perdido ou transformado.

Ainda na óptica jurídica, o “património cultural” deixa, pouco a pouco, de ter uma definição redutoramente materialista, monumentalista, esteticista e historicista (Gómez Pellón, 1999), para adoptar uma visão mais antropológica nas últimas legislações⁽¹⁾. Isto quer dizer que se deixou de reduzir o património a objecto material e monumental, para se ter em conta os bens culturais imateriais e a vida social à volta do objecto. Além disto, deixou-se de valorizar apenas as criações estéticas extraordinárias e idolatradas pelas elites — “as belas artes” —, para valorizar de igual modo o que é “culto” e “popular”. Também é importante sublinhar como o património cultural deixou de ser

(1) “A los efectos de la presente Convención se considerará “patrimonio cultural”:

-los monumentos: obras arquitectónicas, de escultura o de pintura monumentales, elementos o estructuras de carácter arqueológico, inscripciones, cavernas y grupos de elementos, que tengan un valor universal excepcional desde el punto de vista de la historia, del arte o de la ciencia,

-los conjuntos: grupos de construcciones, aisladas o reunidas, cuya arquitectura, unidad e integración en el paisaje les dé un valor universal excepcional desde el punto de vista de la historia, del arte o de la ciencia,

-los lugares: obras del hombre u obras conjuntas del hombre y de la naturaleza así como las zonas incluidos los lugares arqueológicos que tengan un valor universal excepcional desde el punto de vista histórico, estético, etnológico o antropológico.”

(Art. 1, Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural, Unesco, París, 16-11-1972)

“O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.”

(Art. 1, Lei n.º 13/85 do Património Cultural Português, 1985)

“Integran el Patrimonio Histórico Español los inmuebles y objetos muebles de interés artístico, histórico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, científico o técnico. También forman parte del mismo el patrimonio documental y bibliográfico, los yacimientos y zonas arqueológicas, así como los sitios naturales, jardines y parques, que tengan valor artístico, histórico o antropológico.”

(Art. 1, Ley 16/1985 del Patrimonio Cultural Español, 1985)

“O patrimonio cultural de Galicia é constituído por tódolos bens materiais e imateriais que, polo seu recoñecido valor propio, deban ser considerados como de interesse relevante para a permanencia e a identidade da cultura galega a través do tempo.”

(Art. 1, Lei 8/1995 do Patrimonio Cultural de Galicia, 1995)

unicamente “histórico-artístico” (entendido como herança que merece ser conservada), para passar a ser algo em que o passado é interpretado a partir do presente e de acordo com critérios de selecção e valoração determinantes em cada época. Isto, num jogo de memórias e esquecimentos, que, no entanto deve responder às necessidades sociais do presente e do futuro (Riegl,1987).

No prosseguimento desta óptica antropológica, a noção de património cultural não é exactamente a mesma que a de cultura. Entre estudiosos e agentes da patrimonialização, esta é uma das confusões conceptuais mais frequentes, o que é, porém, compreensível, pois a distinção não é simples. Se os antropólogos constroem noções de cultura frequente e virtualmente holistas, o património cultural mantém com a cultura uma relação metafórica e metonímica, independentemente das noções que a definem e classificam. Portanto, o que distingue a noção de património cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura, através da conservação e da transformação do valor dos elementos culturais. Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso mesmo, dos processos de selecção, negociação e delimitação dos significados.

O património não pode incluir tudo o que as culturas têm criado (Rodríguez Becerra, 1997) e o discurso da “perda de património” ou das urgências na sua recuperação pode levar ao abuso na recuperação patrimonial, produzindo uma imagem de “estatismo” na dinâmica incontornável de todas as culturas. Além disso, a patrimonialização tende a fixar alguma permanência, quando a cultura, pelo contrário, está em constante mudança. Ela pode ser estudada e conhecida, mas nem toda pode ser patrimonializada, porque senão estaríamos condenados a viver irremediavelmente de modo semelhante ao dos nossos antepassados. A mudança é inerente à noção mesma de cultura, mas também à de património cultural. As duas noções estão intimamente ligadas e necessitam uma da outra. Na língua inglesa esta confusão conceptual não existe, porque, além do sentido jurídico específico que obteve, o património cultural designa-se inequivocamente por “heritage” ou “cultural heritage”.

Feita a clarificação conceptual, saliento agora algumas abordagens teórico-práticas sobre o património cultural, e que são de grande interesse para

a problemática explicitada abaixo. Sem exclusão entre as mesmas, com entrecruzamentos cronotópicos e em síntese, as posições, ou atitudes face aos processos de recuperação e conservação do património cultural são as seguintes:

- a) *Tradicionalista ou folclorista*. O património cultural é aqui reduzido a um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular pré-industrial. A sua visão é historicista, pois consideram o património cultural como objecto e relicário do passado, mas também é conservacionista, pois pensa que o fim último do património cultural deve ser sempre a sua conservação, independentemente do seu uso actual. Os critérios de preservação de artefactos e edifícios do passado devem ser os de época e beleza.
- b) *Construtivista* (Prats, 1998). O património cultural é entendido como fruto de um processo de construção social, isto é, segundo as épocas e os grupos sociais, valorizam-se e legitimam-se uns bens patrimoniais e não outros. Por exemplo, no caso do Brasil há uma tendência para não patrimonializar o legado africano e indígena, nem tão pouco o dos subalternos (Funari, 2001). Nesta perspectiva, o património cultural é entendido como uma representação simbólica da identidade, mas também em muitas ocasiões como sinónimo de cultura.
- c) *Patrimonialista* (Rodríguez Becerra, 1997). O património cultural é a recuperação do passado a partir de uma perspectiva presente, para explicar a mudança dos modos de vida. O património cultural está integrado por elementos culturais que adquirem um novo valor através de um proceso de “patrimonialização”, porém não é o mesmo que a noção de cultura. Poderíamos dizer que é uma intervenção na cultura. Os bens patrimoniais representam formas de vida de um grupo humano no tempo.
- d) *Produtivista* (Ashworth, 1994). O património cultural é entendido por esta posição como um recurso para o turismo cultural e para outras actividades económicas. Esta postura considera o património cultural como uma mercadoria que deve satisfazer o consumo contemporâneo, daí a necessidade de um processo de interpretação

que converta recursos em produtos ou mercadorias necessárias para o funcionamento de um sistema de produção pós-industrial. Esta atitude segue o critério do consumo e o da procura, utilizando o património cultural como representação das identidades culturais. Presta, porém, pouca atenção aos riscos da sobre-exploração turística.

- e) *Participacionista* (García Canclini, 1999 b). Nesta perspectiva de abordagem, a recuperação e conservação do património cultural deve por-se em relação com as necessidades sociais presentes e com um processo democrático de selecção do que se conserva. Também deve estar ligada à participação social com o objectivo de evitar a monumentalização e a “coisificação” de objectos, isto é, é muito importante pensar primeiro nas pessoas e logo nos bens culturais. O participacionismo defende uma política do património cultural de opções claras: primeiro, o artesão, depois, o artesanato; e, paralelamente, locais com turistas, em vez de locais turísticos.

A PATRIMONIALIZAÇÃO ENQUANTO PROCESSO

Desde a segunda guerra mundial deu-se um salto quantitativo e qualitativo na activação do património cultural. Este processo de activação, que denomino “patrimonialização”, está íntimamente associado a um esforço conservacionista de longo alcance e que tem um fito destacado no romantismo (Prats, 1997). Porém, desde a segunda metade do século XX é fruto de uma nova sensibilidade face aos referentes culturais potencialmente patrimonializáveis. Por via da patrimonialização atribuem-se novos valores, sentidos, usos e significados a objectos, formas, modos de vida, saberes e conhecimentos sociais. Neste processo os especialistas (arqueólogos, antropólogos, arquitectos, historiadores da arte, etc) são vitais, sobretudo enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial selectiva. Os especialistas certificam o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados e reconhecem como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido como tal:

“O carácter e o significado de monumentos não corresponde a estas obras em virtude do seu destino originário, antes senão somos nós, sujeitos modernos, quem lho atribuímos” (Riegl, 1987: 29).

O historiador da arte austríaco Alois Riegl (1987) escrevia em 1902 que os valores geralmente atribuídos ao património cultural são os seguintes:

1. O valor histórico radicaria na rememoração que esse elemento faz de uma época, no estímulo da nossa memória sobre o passado, um tempo distinto da nossa vida quotidiana, um país estrangeiro (Lowenthal, 1998). A aparente permanência da sua forma original, tal e como nasceu é uma leitura comumente reconstruída com o pensamento, a palavra ou a imagem.
2. O valor estético ou artístico tem também uma outra pretensão de valor objectivo; mas na procura de uma definição do “bonito”, muitas vezes esta categoria está unida ao “útil”, à rentabilidade política e socioeconómica.
3. O valor de antiguidade é, pelo contrário, uma pretensão de valor subjectivo, que salienta o prazer, o sabor do antigo e da vivência. É este um valor do velho, do mais idoso. Por não necessitar de especiais conhecimentos históricos, é este um valor mais democrático para o qual não precisamos do conhecimento de especialistas.
4. O valor de actualidade ou contemporaneidade salienta a utilidade dos elementos do património cultural, para servir as necessidades do presente.

Como Llorens Prats (1997) tem afirmado, sabemos que muitos destes valores são hoje insuficientes para entender os processos de atribuição de valor patrimonial público. Sabemos, e tentamos demonstrar abaixo, que o papel dos especialistas é muito importante nos processos de patrimonialização, mas nem por isso devemos deixar de ter em conta que tais processos estão associados a tensões, conflitos e negociações, e daí a importância de se estudarem os papéis doutros agentes sociais igualmente implicados. É bem conhecida a obra de Michael Herzfeld (1991) e o seu contributo para esta questão, quando nos fala dos confrontos de visões entre especialistas e habitantes do património cultural. Por isso prestamos atenção aos diferentes níveis identitários e aos seus papéis na hora de categorizar, valorizar –conteúdo ideológico e axiológico-, e converter em signo identitário determinados elementos culturais

de especial significação dentro de um determinado contexto cultural. Tal pode ser ilustrado, com algum detalhe, através de quatro exemplos etnográficos retirados dos meus trabalhos de campo no Noroeste Ibérico.

O CASO DE ROZADAS

Rozadas é uma pequena freguesia do concelho de Boal, no ocidente das Astúrias (Espanha). Ali cheguei no ano 1990 para estudar os “limites simbólicos” da identidade galega, um problema que então era central nos estudos de antropologia ibéricos, sobretudo nos espanhóis, pois estava-se a construir sociopoliticamente o novo quadro de “comunidades autonómicas” e interessava reinventar as identidades regionais e nacionais. Neste contexto o papel dos antropólogos e de outros “especialistas” foi capital.

Em Rozadas, uma família de três membros (pãe, mãe e um filho) dedicada à agricultura e à pecuária prepara-se, desde há alguns anos, para abandonar a actividade agrária na geração seguinte. Os pais estão reformados faz tempo, a exploração agro-pecuária está “oficialmente” sob a responsabilidade do filho, que na realidade se dedica ao seu trabalho de taxista, à gestão da sua casa de turismo rural e a completar a sua colecção etnográfica. As ajudas da UE têm-lhe permitido desenvolver o seu projecto de reconversão familiar, que não se tem confinado à exploração turística da herança familiar, mas também à revitalização de elementos fundamentais do património cultural da zona: recuperação de um velho moinho, reabilitação de um “cortín” (estrutura arquitectónica que servia para proteger as colmeias de animais como os ursos), recuperação de um “barreiro” (lugar de extracção de argila para construção das vivendas) para consumo turístico. Desta forma “musealizou-se” o território e territorializou-se o museu, constituindo uma experiência que segue princípios da “nova museología” antropológica: circuito do território, memória, população e património cultural. A formação autodidacta do autor-criador, não tem impossibilitado uma visão integral do desenvolvimento, e tão pouco esteve isenta de dificuldades e tensões com os vizinhos e as administrações públicas na luta pela legitimação política do património cultural. Neste processo de reconversão económica, a pluriactividade tem sido uma característica fundamental desta economia

familiar, que tem acumulado uma grande quantidade de património cultural para o seu reconhecimento, conservação, valorização e exploração turística.

O CASO DE VILAR DAS DONAS

Vilar das Donas é uma freguesia do concelho de Palas de Rei (Lugo-Galiza), atravessada pelo Caminho Francês de Santiago de Compostela. Em Vilar das Donas, um grupo de amigos constituiu no ano 1995 uma associação de desenvolvimento local e de promoção do Caminho de Santiago de Compostela. O nascimento da associação não foi pacífico. Nasceu de um conflito entre o sector mais jovem, também mais dinâmico, e o sector mais velho e conservador da associação de vizinhos. Esta cisão motivou a união de alguns jovens do concelho com o objectivo de recuperar e valorizar bens culturais da zona, como o mosteiro de Vilar das Donas ou o Castelo de Pambre, para induzir a recuperação socioeconómica colectiva desta zona do interior-centro da Galiza, e que está ancorada numa crise de reprodução a todos os níveis. A associação não só tem recuperado e revalorizado bens culturais, como têm realizado diversas actividades reivindicativas em prol do património cultural e natural. Tem publicado diversos guias turísticos em vários idiomas (Pereiro Pérez e Pérez Paredes, 2000), postais, folhetos, etc.; tem restaurado peças escultóricas fundamentais para o conjunto histórico de Vilar das Donas, e está em processo de criação de um “Centro de Interpretação da Comarca da Ulloa”, que servirá de base para impulsionar uma rede de iniciativas patrimoniais por toda aquela comarca.

Neste caso, apesar de ser uma iniciativa de desenvolvimento local, grande parte das ajudas para os projectos desenvolvidos têm vindo da União Europeia (Programa PRODER de desenvolvimento rural), da “Xunta de Galicia” (administração autonómica), da “Deputación Provincial de Lugo” (administração provincial) e das administrações locais. Além destes apoios, a associação conta com os recursos próprios que gera e assume uma parcela do investimento nas suas actividades.

Sociologicamente, esta associação é formada por:

A) Jovens, filhos de emigrantes galegos retornados do País Basco. Estes jovens representam a segunda geração de emigrantes do mundo rural para o mundo urbano na Espanha dos anos 1960 e 1970. Trata-se dos que não

ficaram no País Basco e dos que face a uma cultura das ausências tem impulsionado como defesa novos processos de recuperação e invenção da identidade local.

- B) Jovens, cuja naturalidade é local, mas cuja residência principal está nas cidades galegas. Estes jovens são muito dinâmicos e com forte apego à zona, trabalham nas cidades galegas, mas retornam periodicamente à zona, nos fins de semana e nos períodos de férias. Nesses tempos renovam os seus vínculos identitários com a comunidade de origem, através do seu trabalho na associação estudada.

Culturalmente, os membros desta associação podem bem ser definidos como “rurbanos”⁽²⁾ e interessados no desenvolvimento da zona através de processos de dinamização colectiva. O meu papel aqui tem sido o de consultor, investigador e membro da associação, participando activamente primeiro nos processos de pesquisa, depois na acção subsequente, do conhecimento gerado pelas minhas investigações antropológicas. Isto tem suposto um exercício difícil de autoantropologia e de antropologia aplicada, não sem certo desgaste emocional e afectivo, por causa da dialéctica entre o discurso da associação e o discurso de alguns dirigentes políticos locais, desconfiados face às associações cívicas.

ALLARIZ

Uma revista de um periódico português⁽³⁾ intitulava há pouco tempo: “Allariz, a cidade-jardim”. A metáfora pode levar-nos a pensar que está a fazer referência a algum local do Reino Unido, mas longe de isso, fala da “Galiza”, em concreto

⁽²⁾ Bauer, Gerard e Roux, Jean Marie (1976), *La Rurbanisation ou la Ville Éparpillée*, Paris, Seuil.

-García de León, María Antonia (1996), “El rurbanismo o las transformaciones del campo español”, *Fundamentos de Antropología*, 4-5, pp. 221-229.

-Voyé, Liliane e Rémy, Jean (1995), *La Ciudad, ¿Hacia una Nueva Definición?*, Tradução inédita ao espanhol de Idoia Etayo Macazaga.

Ver também: www.eco.unicamp.br/proyectos/rurban21.htm

-Silvano, Filomena (1994), “Gerir as distâncias: mobilidade e recomposição identitária”, *Antropologia Portuguesa*, 12, pp. 19-27.

-Silvano, Filomena (1997), *Territórios da Identidade*, Oeiras, Celta.

-Portela, José (1999), “O Meio Rural em Portugal: Entre o Ontem e o Amanhã”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39, pp. 45-65.

⁽³⁾ Féria, Catarina (1998), “Allariz, a cidade-jardim”, *Pública*, 2866 (17-1-1998), pp. 36-39.

de um concelho situado no distrito de Ourense, a 20 quilómetros da capital distrital, com a qual está muito relacionada. Neste sentido, a construção da “Autovía das Rías Baixas”, que atravessa o concelho, permite “estar mais cerca vivendo mais longe” da cidade de Ourense. A distância não é só uma questão estritamente geográfica, é também fortemente simbólica, afectando os novos imaginários geoespaciais. Vejamos um exemplo retirado do trabalho de campo: à afirmação de que “a cidade de Ourense está situada a 20 quilómetros de Allariz”, os próprios alaricanos, com um outro imaginário simbólico, respondem: “Allariz está situado a 20 quilómetros da cidade de Ourense, não o contrário”, “Allariz está a 15 minutos de Ourense”. O espaço passa a medir-se em tempo (Augé, 1992), o periférico reinverte e relativiza as categorias com relação aos centros, paradoxalmente não sem ter que acelerar o tempo para diminuir as distâncias. O certo é que o valor da acessibilidade é chave para entender as novas formas urbanas e socioespaciais da Galiza, e em particular para entender parcialmente o sucesso da “patrimonialização” de Allariz.

A população de Allariz é de cerca de 5.100 habitantes, sendo dos poucos concelhos do interior de Galiza que está a recuperar população e tecido socioeconómico. A sua população está repartida em 16 freguesias (2 na vila e capital concelhia) e 92 núcleos de povoação, presididos pela capital concelhia, uma “vila” de aproximadamente 2.000 habitantes.

Nos últimos sete anos um intenso processo social de activação do património cultural (“patrimonialização”) fez mudar as inércias que condenavam quase a desaparecer como tal este concelho do interior galego. Este processo foi de tal magnitude que a representação simbólica actual de Allariz é a de “vila das vilas da Galiza”, a de uma vila “ícone”, a de um espaço simbólico recriado no qual são projectados significados culturais intensamente abstractos. Allariz é a imagem projectada da cosmovisão dos nacionalistas “galegos” à qual aderem os seus devotos e também os seus contrários políticos numa “imitatio” competitiva que têm no desenvolvimento turístico uma das suas estratégias chave.

Eis alguns dos elementos patrimoniais que foram recuperados neste lugar da memória (Nora, 1984), tanto para consumo turístico global como local: o parque etnográfico (museu do brinquedo, museu do linho, moinho de água, museu do couro, museu de arte sacra), torre lombarda –actual pousada-, zona

histórica, passeios pela margem do rio, praias fluviais, paisagem ribeirinha, casas de turismo rural, nomes das ruas em língua galega, fábricas de couro e sapatos para usos socioculturais, igrejas românicas, etc . O património cultural, pensado como “rural” por muitos visitantes tem servido para potenciar novos modos de vida urbanos e rurbanos, que os anfitriões imitam dos convidados⁽⁴⁾. Este é um dos paradoxos que transformam a construção social do património cultural num simulacro, que responde mais às necessidades de reprodução (tão actuais quanto notórias), do que à continuação de uma tradição.

Tudo isto é relevante se pensarmos que a vila de Allariz é denominada por alguns dirigentes locais de "cidade", declarada "Conjunto histórico-artístico" no ano 1971⁽⁵⁾, prémio europeu de planificação urbana e regional no ano 1994, e que na actualidade desenvolve um Plano Especial⁽⁶⁾ de reabilitação e recuperação da zona histórica. Querer denominar-se “cidade” denota a aspiração ao prestígio do “urbano”, tentando romper com a dicotomia rural-urbano e querendo viver um “urbanismo portátil” e automotorizado, reforçado pelo efeito de túnel que provoca a nova criação da Autovia do Noroeste (vinculação rápida da Galiza ao resto da Península Ibérica e Europa) ao passar por Allariz.

Ao contrário das microintervensões anteriores, em Allariz gerou-se um forte processo de activação política, que forçou um processo de desenvolvimento colectivo autosustentável e em espiral. O que aqui importa realmente destacar é a convergência de vontades políticas locais e translocais, pode construir o sucesso numa experiência de desenvolvimento integral como é a de Allariz.

⁽⁴⁾ Smith, Velene e outros (1992), Anfitriones e Invitados. Antropología del Turismo, Madrid, Endymión.

⁽⁵⁾ Decreto n.º 1319/71 de 20 de Maio, do “Ministerio de Educación y Ciencia” espanhol.

⁽⁶⁾ O PECHA (“Plan Especial do Conxunto Histórico de Allariz”) aprovou-se definitivamente o 21-1-1995 e incide sobre 28,90 Ha. Tem como objectivo conservar o património arquitectónico e diversificar os seus usos no seu interior. A “Xunta de Galicia” declarou o 5-7-1996 a zona histórica de Allariz como “Área de Rehabilitación Integrada”; e o 23-12-1996 assinou-se um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Allariz, a “Xunta de Galicia” e o “Ministerio de Fomento” espanhol para subsidiar actuações de reabilitação na zona histórica. Por meio de este protocolo, o “Ministerio de Fomento” subsidiará o 40% do custo das actuações, a “Xunta de Galicia” o 20%, o Concelho de Allariz o 18,12% e os vizinhos o 36,46%. Para desenvolver estes projectos foi criada em Outubro de 1995 a “Oficina Municipal de Rehabilitación”, composta na actualidade por 4 arquitectos, 1 arquitecto técnico, 1 desenhador e uma administrativa. No ano 1994, Allariz recebeu o Prémio Europeu de Planificação Urbana e Regional, promovido pela União Europeia. Ver: www.allariz.com

Devo sublinhar que o meu papel em Allariz tem sido o de investigador do Parque Etnográfico, o que me permitiu observar activamente as implicações sociais do património cultural, as dificuldades reais e quotidianas da patrimonialização e a “turistização” de espaços com forte pertença e identidade local. Recentemente, como docente universitário, tenho conduzido os meus alunos em numerosas visitas guiadas pelos diferentes projectos de desenvolvimento que recentemente têm surgido (exemplo: central eléctrica ecológica –eco planta de bio massa-, arte na paisagem no rio Arnoia, Fundação Vicente Risco, etc), o que me tem permitido avaliar o processo de construção e impacto das visitas no olhar dos visitantes, mas também observar de perto as mudanças desenvolvidas nesta experiência patrimonial.

ALIJÓ

Alijó é um concelho do Norte de Portugal, no Alto Douro português (Distrito de Vila Real) no qual a economia básica gira à volta da produção do famoso vinho do Porto e outros vinhos como o moscatel de Favaios. Nesta zona do Alto Douro, recentemente catalogada como “património mundial”, tenta-se diversificar a economia através de processos de patrimonialização. Em San-Fins do Douro, uma pequena freguesia do concelho com não mais de 2.500 habitantes, tem a sua sede a “Casa Museu da Fundação Maurício Penha”, um projecto de um escultor português já falecido, e que está integrada na “Rota do Vinho do Porto” (um percurso turístico pelas margens do rio Douro). A fundação acolhe anualmente artistas e investigadores portugueses e estrangeiros que trabalham *in situ* com o objectivo de promover e divulgar turisticamente a zona, mas também com a finalidade de divulgar o conhecimento produzido junto dos “observados”. Esta forma de turismo cultural, em espaço rural, tem dado frutos positivos, sob o ponto de vista do desenvolvimento comunitário e de um turismo cultural vivencial e convivencial, já que tem criado uma comunicação intercultural e uma cultura de contactos pouco estereotipada entre visitantes e locais (Carvajal, 1992), sem alterar ou causar impactes negativos na cultura local.

O meu papel nesta microintervenção local foi a de investigador visitante interessado em observar a estrutura e a reprodução social das famílias de padeiros da zona. Também tenho participado activamente nalgumas das

actividades artísticas ali desenvolvidas, o que me permitiu assumir o papel do observador participante que beneficia duma pluralidade de perspectivas e duma visão dinâmica.

PATRIMÓNIO, TURISMO CULTURAL E NOVAS IDENTIDADES

O desenvolvimento rural experimentou na Europa um impulso muito importante após 1962, com a entrada em vigor da Política Agrícola Comum (PAC), e também com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em 1974. O objectivo deste fundo, conjuntamente com outras instituições europeias era conseguir o “equilíbrio regional e o desenvolvimento das estruturas económicas e sociais” dos países membros através dos denominados Fundos Estruturais e os Fundos de Coesão, outorgados na actualidade só a Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda. Em linhas gerais, nestas políticas houve uma mudança do modelo estritamente produtivista, originado na época do nascimento da UE, para um modelo “guarda florestas”, desenvolvido sobretudo com a aplicação do programa Leader II (1994-1999) de desenvolvimento rural, que outorgava ao espaço rural e aos seus habitantes um papel mais ambientalista, ecológico e participativo (Fernández de Larrinoa, 2000).

O papel que o património cultural teve e tem tido nestes processos de desenvolvimento rural foi de grande importância na Europa, sobretudo depois dos anos 1970. Por exemplo, no Reino Unido, em 1980, contabilizaram-se 500 museus etnográficos locais⁽⁷⁾, os quais representam uma resposta cultural face à dura crise industrial. Outro exemplo importante vem de França, onde se elaborou o conceito de “ecomuseu”⁽⁸⁾, para superar a crise agrária das zonas

⁽⁷⁾ Walsh, Kevin (1992), *The representation of the past: museums and heritage in the post-modern world*, Londres, Routledge.

⁽⁸⁾ No ano 1971 tem lugar um almoço de trabalho em Paris no qual participaram H. Varine, G. H. Riviere e Berge Antoine –assessor do ministro de ambiente Robert Poujade - . Em Setembro de 1971, Robert Poujade elabora o conceito de “ECOMUSEU” na 9ª Conferencia do ICOM, mas o criador da palavra foi Varine. O conceito está marcado pelas iniciativas em favor do desenvolvimento sustentável e a harmonia com o meio ambiente:

- Orientação ecológica e ambientalista.
- Instrumento para a participação popular.
- Ordenação do território.
- Tomada de consciência da população.
- Situa objectos no seu contexto, preserva habilidades e saberes locais, consciencializa e educa sobre os valores do património cultural.

rurais. Na Península Ibérica o uso do património cultural como estratégia de desenvolvimento rural (isto é, como via para melhorar a qualidade de vida das populações rurais) teve lugar mais tarde do que em França e no Reino Unido. Só agora se discute e debate sobre o assunto, o qual é sempre associado ao turismo cultural e à “desagrarização” de um mundo rural convertido cada vez mais em urbano⁽⁹⁾. É de esclarecer aqui que o património cultural também se tem activado em contextos urbanos, especialmente o imobiliário, mas é no espaço rural onde se têm promovido mais microintervensões.

Descrevemos quatro exemplos do Noroeste Ibérico nos quais o património cultural foi utilizado socialmente como proposta alternativa de desenvolvimento comunitário com forte participação local. Aqui, o património cultural entende-se não como sinónimo de cultura, mas como representação simbólica da cultura, pois se nem toda a cultura se pode “patrimonializar”, toda a cultura se poderá conhecer e estudar (Rodríguez Becerra, 1997). O património cultural também se entende como um “bem cultural” material ou imaterial, que tenta representar a identidade de um grupo humano. A superação da ideia de “monumento”, enquanto elemento patrimonial singularmente formoso e artístico, pela de “bem cultural”, converte o património cultural num símbolo de dada cultura, com potencialidades para rentabilizar socioeconómicamente o seu poder de atracção sobre um turismo que poderíamos denominar cultural. Turismo esse que procura, consome ou sente curiosidade por conhecer, disfrutar ou contactar com o património cultural no seu contexto de activação.

O turismo cultural transforma o património cultural em bem potencialmente desejável pela experiência do turista, que é cada vez mais um consumidor cultural com tempo de lazer (García Canclini, 1995). O consumo cultural é uma estratégia cultural de autosobrevivência e autodefinição que desenha a janela do imaginado como “autêntico” (Friedman, 1994). Para o

Exemplos de ecomuseus são a mina de “Le Trambly” (Liège-Francia), o “Ecomuseu do Seixal” (Portugal). No Reino Unido e noutros países têm-se desenvolvido experiências semelhantes, ainda que sem utilizar o conceito “ecomuseu”. Ver: Riviére, Georges Henri (1989), *La museología: curso de museología, textos y testimonio*, Madrid, Akal.

⁽⁹⁾ Arquetipo social híbrido que define a transformação do mundo rural por causa de um processo de urbanização que potencia esse hibridismo. No hibridismo entre esses dois pólos há uma assimetria a favor do urbano. Ver:

sucesso deste processo necessita-se, no geral, duma “patrimonialização feliz”, pois o turista não quer ver “misérias”, antes quer ver e visitar espaços sem conflito, isto é, pretende encontrar e encontrar-se na “memória da arcádia feliz” (Sierra Rodríguez, 2000). Este fenómeno arrasta consigo um paradoxo, pois o turismo cultural pode provocar o esquecimento dos locais, da sua história, das suas vivências e dos seus problemas, logo não educaria nem explicaria nada, podendo o visitante cair numa visão distanciada e estereotipada. Perante isto, a alternativa é potenciar uma memória cultural crítica, que é o que se tenta promover nos exemplos etnográficos apresentados acima. Isto significa entender a “desagrarização” como uma crise do modelo económico tradicional e a patrimonialização como uma reprodução social que utiliza elementos do passado que não podem vivenciar-se mas sim utilizar-se. Assim, a memória é sacralizada para o consumo e transformada pelos museus em templos da litúrgia autoreferente da comunidade (Ariño, 2001), isto é, o património cultural.

Nos quatro exemplos apresentados, tomados como metáforas experienciais dum processo mais generalizado, o objectivo é sempre atingir a revitalização de uma pequena área territorial, mais do que continuar com uma tradição. Mas ao mesmo tempo que esse objectivo económico existe, é também importante reconstruir e reafirmar a identidade de uma pequena microregião ou território, reconstruindo um “nós” num contexto de mudança em ritmo acelerado. Essa reconstrução de identidade realiza-se através de elementos patrimoniais que, se antes representavam o atraso, hoje representam o progresso e o futuro, tudo isso graças a uma mudança de função, significado e valor social dos bens patrimoniais.

Observemos com atenção as novas identidades que considero terem sido geradas quando afirmo que o uso social do património cultural põe em cena uma nova definição do “nós”. Em particular, o caso de Allariz representa a emergência icónica de uma etnogénese nacional galega, pois é ali onde o nacionalismo galego condensa as suas esperanças de construir uma “Galiza” com uma etnicidade nacional diferenciada face ao resto do Estado espanhol.

No caso de Vilar das Donas a nova identidade que se configura é a recente e processual “identidade comarcal”. Foi ainda na Espanha do século

-Pereiro Pérez, Xerardo (2002): Galegos de Vila. Antropoloxía dun Espacio Rurbano. Santiago de Compostela: Editorial Sotelo Blanco (no prelo).

XIX que se chegou a estabelecer a actual divisão distrital e concelhia, mas esse processo não impediu que na Galiza a freguesia continuasse a ser o quadro básico da identidade e da convivência (Lisón Tolosana, 1979; Fernández de Rota, 1984). Só nas últimas décadas o concelho adquiriu mais importância como quadro de identidade partilhado. Pois bem, é a partir do segundo quinquénio dos anos 1990 que a administração autonómica galega iniciou um processo de criação de “comarcas”, isto é, entidades territoriais micro regionais regidas por uma fundação semipública com o fim de desenvolver e dinamizar um território de vários concelhos através da gestão de investimentos em desenvolvimento rural vindos de programas da UE. Ao nível da percepção social da “comarca”, a debilidade da adesão primordial (Geertz, 1987), produto de localismos de freguesia e concelho, dificulta a progressão de projectos conjuntos que redundem num aumento dos beneficiários e na melhoria de serviços públicos através de uma estratégia cooperativa não extremadamente localista. É em todo este processo de criação de uma nova identidade comarcal que a associação “Os Lobos” de Vilar das Donas participa, consciente do seu papel e da importância que o património cultural tem na criação de uma imagem de marca para antecipar a experiência vivencial de um turismo cultural.

Em Rozadas (Astúrias), essa nova identidade de que falo é destacadamente a familiar, isto é, a mudança de um modo de vida agrário para um modo de vida rurbano “desagrarizado” e baseado no turismo.

Nos quatro casos apresentados, mas especialmente no exemplo de Alijó (Portugal), o que está em jogo é uma nova definição de identidade do denominado “espaço rural”. O contexto é de crise da agricultura, subsistindo esta como modo de vida à custa de um grande esforço de capitalização tecnológica, e que desanima muitos a continuarem as suas actividades. A alternativa passa pelo turismo, que às vezes se vende como panaceia e solução para todos os problemas, e que necessita de transformar o valor e o significado de recursos patrimoniais locais para promover uma economia da memória (Seixas: 1999) que garanta a reprodução social dos que ficam e dos que regressam. Em todos estes exemplos tenta-se legitimar a criação de novas identidades e recompor as velhas: casa-família, freguesia, pequena cidade, concelho.

CONCLUSÕES

As macrointervenção turístico-patrimoniais têm um objectivo central que é conseguir um grande volume de visitantes, mas também outro, que é criar adesão social através de uma cultura do espectáculo com grande eficácia simbólica para todos os públicos (Prats, 1997). Estas são desenvolvidas geralmente em espaços urbanos que caminham para o pósindustrialismo e a pósmodernidade, mudando a sua imagem por meio da manipulação da cultura. Em relação com as mesmas estão as microintervenção estudadas, que nos mostram a necessidade de reconstruir uma identidade em contexto de crise socioeconómica, activando socialmente o património cultural para um consumo turístico que potencia uma economia da memória e da paisagem. Dessa maneira pequenas zonas rurais reproduzem-se e revitalizam-se socioeconomicamente graças à patrimonialização e turistização das mesmas.

As microactivações turístico-patrimoniais estudadas são uma resposta local face ao processo de globalização mais acelerada do que noutras épocas históricas (García Canclini, 1999 a). Esta resposta, embora tenha contado inicialmente com ajuda externa, pode chegar a autosustentar-se, sem que haja necessidade de viagens constantes à sala de operações cirúrgicas das administrações públicas. Portanto, apesar da difícil articulação entre o local e o global, os locais transcendem em muitos casos do local para o global e reivindicam a sua participação na interdependência. Nesta articulação, o património cultural é apropriado de forma desigual, tanto podendo servir para a coesão, como para a reprodução da diferença num processo social de acumulação (García Canclini, 1999 b).

Os casos estudados são exemplos do que podemos denominar como a cultura da permanência numa época de “fugacidade”⁽¹⁰⁾. O perene e o fugaz convivem paradoxalmente com um anseio em conservar coisas. Este processo é vivido com paixão, afecto e emoção. O que se expressa é uma autointerpretação da memória social⁽¹¹⁾, que serve para que os grupos

⁽¹⁰⁾ Fernández de Rota, José Antonio (1996), “La cultura de la permanencia en la era de la fugacidad”, *Revista de Antropología Social*, 5, pp. 115-123.

⁽¹¹⁾ Connerton, Paul (1989), *How Societies Remember*, Cambridge, Cambridge University Press.

humanos recordem colectivamente. Assim, o património cultural pode ser entendido como um recurso social nemotécnico inserido num jogo de recordações e esquecimentos. Além disso, o património cultural é uma zona de contacto (Clifford, 1999), um cronotopos de locais e visitantes. Os visitantes viajam muitas vezes em grupo, num tempo do visitante durante o qual se evadem das suas preocupações. Ao mesmo tempo os residentes locais podem estabelecer pontes de comunicação não estereotipada com os visitantes que façam esforços por conhecer a perspectiva “emic”. Esta última estratégia contribui decisivamente para um encontro intercultural não assimétrico, educativo e intensamente convivencial.

Como temos defendido, as microintervensões patrimoniais são uma reacção cultural face à transformação da memória, das identidades e dos recursos económicos, geralmente em contexto rural. É desta maneira que quando o presente vai mal se reinventa o passado (Segalen, 1999). Assim, o património cultural transforma-se num objecto de gestão económica, política e cultural, o que dá azo a três tipos de discursos. O discurso económico entende o património cultural como um “salva-vidas” (Sierra, 2000). A retórica política utiliza o património cultural para a sua própria legitimação, representando assim a nova heráldica do poder. Finalmente, o discurso cultural — identitário — mostra-nos como o que é popular e tradicional deixam de ser subalternos para desconstruir as distâncias assimétricas para com as belas artes e a alta cultura. Ao mesmo tempo, o “outro” antropológico rebela-se e realiza o seu próprio discurso sobre si mesmo, caracterizado por uma identidade resistente (Sierra, 2000) e por novas reancoragens neorurais e rurbanas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Ariño Villarroya, Antonio (2001), “A invención do patrimonio cultural e a sociedade do risco”, *Grial*, 149, pp. 67-82.
- Ashworth, Gregory (1994), “From History to Heritage – From Heritage to Identity”, em Gregory Ashworth e Peter Larkham (orgs.), *Building a New Heritage*, Londres, Routledge, pp. 13-30.
- Augé, Marc (1992), *Los No Lugares*, Barcelona, Gedisa.

- Carvajal, Julio (1992), La cara oculta del viajero. Reflexiones sobre antropología y turismo, Buenos Aires, Biblos.
- Clifford, James (1999), Itinerarios Transculturales, Barcelona, Gedisa.
- Fernández de Larrinoa, Kepa (2000), La Cosecha Pendiente. De la Intervención Económica a la Infraestructura Cultural y Comunitaria en el Medio Rural, Madrid, Los Libros de la Catarata.
- Fernández de Rota, José António (1984), Antropología de un Viejo Paisaje Gallego, Madrid, Siglo XXI.
- Friedman, Jonathan (1994), Cultural Identity and Global Process, Londres, Sage.
- Funari, Pedro Paulo (2001), “Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil”, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 41, pp. 23-32.
- García Canclini, Nestor (1995), Consumidores y Ciudadanos. Conflictos Multiculturales de la Globalización, México, Grijalbo.
- García Canclini, Nestor (1999 a), La Globalización Imaginada, México, Grijalbo.
- García Canclini, Nestor (1999 b), “Los usos sociales del patrimonio cultural”, em Encarnación Aguilar Criado (org.), Patrimonio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio, Sevilla, Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, pp. 16-33.
- Geertz, Clifford (1987), La Interpretación de las Culturas, Barcelona, Gedisa.
- Gómez Pellón, Eloy (1999), “Patrimonio cultural, patrimonio etnográfico y antropología social”, em Esther Fernández de Paz e Juan Agudo Torrico (orgs.), Patrimonio Cultural y Museología. Significados y Contenidos, Santiago de Compostela, FAAEE-Asociación Galega de Antropoloxía, pp. 17-29.
- Herzfeld, Michael (1991), A Place in History. Monumental and Social Time in a Cretan Town, Princeton, Princeton University Press.
- Lisón Tolosana, Carmelo (1979), Antropología Cultural de Galicia, Madrid, Akal.
- Lowenthal, David (1998), El Pasado es un País Estaño, Madrid, Akal.
- Nora, Pierre (1984), Lex Lieux de Mémoire, París, Gallimard.

- Pereiro Pérez, Xerardo e Pérez Paredes, Xosé Manuel (2000): Rutas Xacobeas na Comarca da Ulloa. Chemins de Saint-Jacques dans la Région d'Ulloa, Palas de Rei (Lugo), Asociación "Os Lobos".
- Prats, Llorens (1997): Antropología y Patrimonio, Barcelona, Ariel.
- Riegl, Alois (1987): El Culto Moderno a los Monumentos, Madrid, Visor.
- Rodríguez Becerra, Salvador (1997), "Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología", Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 21, pp. 42-52.
- Segalen, Martine. (1999), Sociologia da Família, Lisboa, Terramar.
- Seixas, Paulo (1999), "Para uma antropologia de urgência", em Xerardo Pereiro Pérez e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), Antropoloxía de Urxencia. Informe sobre os Impactos Socioculturais dos Encoros do Río Ulla (Galiza), Miranda do Douro, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pp. 44-58.
- Sierra Rodríguez, Xosé Carlos (2000), "Procesos de patrimonialización en Galicia", em Xosé Manuel González Reboledo (org.), Proxecto Galicia. Antropoloxía, tomo XXIX, cap. 9, A Coruña, Editorial Hércules, pp. 382-462.